

ENTRE O *DIÁRIO NOVO* E O *VELHO*:

DISPUTAS ENTRE GUABIRUS E PRAIEIROS EM TORNO DA REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1837-1848)

BRUNO ADRIANO BARROS ALVES* 

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

RESUMO

O ano de 1837 em Pernambuco marca a subida de Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista) ao poder e junto a ele o seu projeto político de modernizar a província via melhoramentos urbanos. Nesse momento a historiografia destaca que diversas obras foram projetadas ou orçadas principalmente na capital e diversos trabalhadores estrangeiros foram contratados. Contudo, a proposta do Barão de reformulação da Repartição de Obras Públicas (ROP) não foi bem aceita por todos, servindo posteriormente de munição para os opositores e impactando de maneira significativa nas eleições e movimentos insurreccionais que se sucederam. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar alguns dos embates políticos entre conservadores, governistas e liberais *praieiros* em torno da ROP da Província de Pernambuco presentes no *Diário de Pernambuco* e no *Diário Novo*.

Palavras-chave: Repartição de Obras Públicas; Periódicos; Província de Pernambuco

ABSTRACT

The year 1837 in Pernambuco marks the rise of Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista) to power and with him his political project to modernize the province via urban improvements. At that time, historiography highlights that several works were designed or budgeted mainly in the capital and several foreign workers were hired. However, the Baron's proposal to reformulate the Repartição de Obras Públicas (ROP) was not well accepted by all, subsequently serving as ammunition for opponents and significantly impacting the subsequent elections and insurrectionary movements. In this sense, the present article aims to analyze some of the political clashes between conservatives, governists and beach liberals around the ROP of the Province of Pernambuco present in *Diário de Pernambuco* and *Diário Novo*.

Keywords: Repartição de Obras Públicas; Newspapers; Province of Pernambuco.

* Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na linha "Relações de Poder, Sociedade e Ambiente", sob orientação da Prof. Dr. Suzana Cavani Rosas. Bolsista CNPq. E-mail: brunoalves_2010_@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Em 16 de novembro de 1841, o *Diário de Pernambuco* publicou um artigo intitulado por *A engenharia entre nós*. O texto, assinado por “O Philopatria”, tinha como principal alvo a condução dos trabalhos na Repartição de Obras Públicas (ROP). Segundo o autor, aquela instituição estava infestada de estrangeiros aproveitadores e desqualificados. O governo provincial era conivente com esses “aventureiros espertalhões”, dando soldos, gratificações e outras vantagens. O “Philopatria” argumenta que o planejamento das obras poderia muito bem ser concebido por engenheiros nacionais, pois “de ordinário só vem para o Brasil o que na Europa não tem gasto”, o que não tem serventia. O autor rejeita os estrangeiros sob justificativa de que a maioria tinha dos brasileiros uma ideia muito mesquinha, de homens pouco acima dos selvagens. E, em defesa dos artífices nacionais, exemplifica estragos causados por estrangeiros em terras pernambucanas, citando arquitetos, engenheiros e artífices que haviam feito péssimos trabalhos em Recife e Olinda.¹

A publicação também buscava atingir o engenheiro francês de pontes e calçadas Louis-Léger Vauthier. O engenheiro havia chegado há um ano para ser um dos protagonistas do projeto de modernização via melhoramentos urbanos arquitetado por Francisco do Rego Barros (Barão, depois Conde da Boa Vista), que presidia a Província de Pernambuco na época. Segundo Carvalho (2010, pp. 09-10), o governo conservador nesse momento protagonizou a execução de diversas obras como pontes, estradas, obras de higienização, abastecimento de água, etc. Para Mac Cord (2012, p. 49), o ano de 1837 marca uma política de “reorganização do futuro”, em prol da modernização da província. Todavia, nem todos os políticos convergiram ao projeto do barão.

Uma frente foi montada logo nos primeiros anos, ainda que sua atuação fosse pouca. Contudo, a oposição se fortaleceu a partir de 1842, quando uma cisão entre os liberais arregimentou uma parte desses para a radicalidade do Partido Nacional de Pernambuco, pejorativamente chamado de *praieiro*², ao mesmo passo que alinhou de vez os chamados liberais tradicionais, liderados pela família Cavalcanti, aos conservadores (ZANCHETI,

¹ HDBN, *Diário de Pernambuco*, 16 de novembro de 1841.

² Alguns autores atribuem esse estigma de “*praieiro*” pela tipografia responsável pela impressão do jornal se localizar na chamada Rua da Praia. Outros, porém, também acrescentam que o sentido é pejorativo pois eram justamente nas praias que os dejetos humanos eram depositados.

1989, p. 79). Para Marson (1980, pp. 34-35), uma das razões para tal rompimento teria sido o *exclusivismo* e a distribuição dos cargos públicos (MARSON, pp. 34-35).

A partir desse momento começam a surgir diversos comunicados e correspondências, principalmente no *Diário Novo*, criticando o governo do barão e também a administração da ROP, visto que esta teria sido a instituição que mais ganhou força com a sua chegada. Na ótica de Zancheti (1989, p. 79), “pela primeira vez na administração provincial os ‘melhoramentos materiais’ tornaram-se opção principal de um programa de governo e tema central de debate político”.

Assim, o presente artigo foi dividido em três partes. A primeira versa a respeito do fortalecimento da imprensa no contexto nacional e provincial a partir principalmente da década de 1830, além do impacto dessa na conjuntura política do embate entre conservadores e liberais “radicais” em Pernambuco. Já a segunda busca refletir sobre algumas disputas entre governistas e opositores em torno da ROP entre 1842 e 1843. Depois, analiso a intensificação desses debates nas proximidades das eleições que colocaram os *praieiros* no poder, pontuando também algumas questões oriundas do contexto da Insurreição *Praieira*.

ENTRE O ABUSO DA LIBERDADE DE IMPRENSA E A MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA: OS PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS

A imprensa em todo o Brasil ganhou força no contexto da década de 1830, tanto no âmbito geral, quanto local. A mobilização da opinião pública é algo emergente nesse momento, pois se tornou fundamental para as eleições. Era a arena onde os debates ocorriam de maneira mais ampla, pela facilidade do anonimato e a relativa liberdade de expressão. Os periódicos, junto aos panfletos, “foram os grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo” mediante a leitura em voz alta de diversos impressos ao público (BASILE, 2009, p. 65).

Em Pernambuco não seria diferente. Apesar da criação do *Diário de Pernambuco*, também conhecido por *Diário Velho*, ser datada de 1825, é na década de 1830 que outras tipografias começam a produzir e imprimir suas folhas, ampliando o debate político em todas as esferas (NASCIMENTO, 1966, p. 11). Contudo, o que se entendia por liberdade

de expressão e liberdade de imprensa na época, se difere ligeiramente das concepções contemporâneas. Assim, a manifestação pública de opiniões, mesmo com a ferramenta do anonimato, necessitava de grande articulação não só política, como jurídica (MARSON, 1980, p. 47).

Eram constantes as acusações e os processos relacionados ao dito abuso de liberdade de imprensa. Processo que poderia atingir o diretor do jornal, o correspondente, geralmente omitido por pseudônimos, e até o impressor dos periódicos. Segundo Marson (1980, pp. 47-48), os impressores sofriam as maiores consequências jurídicas, por isso normalmente serviam de “testas-de-ferro” da imprensa política, resolvendo as complicações com a polícia. Nesse sentido, era comum entre os organizadores dos jornais a presença de advogados e outras autoridades ligadas ao poder judiciário. Magistrados e políticos, como Nunes, Lopes Neto e Vilella³, eram os mais atuantes na imprensa *praieira*. Enquanto Nabuco de Araújo, Maciel Monteiro⁴ e Figueira de Mello se dedicavam à imprensa *guabiru*⁵.

Entretanto, por diversas vezes as coisas saíam do controle: os momentos próximos às eleições implantavam uma espécie de “estado de beligerância”, alterando as atividades tipográficas e pondo em risco até a sobrevivência física. Ironicamente, o principal objetivo da imprensa política era justamente abusar da liberdade de imprensa, ultrapassando as regras pré-estabelecidas pelo poder vigente e se utilizando de todos os meios possíveis para desacreditar a imagem política e moral desses homens (MARSON, 1980, pp. 50-53).

É importante destacar que a concentração da imprensa era mais direcionada a capital do que o interior da província e que os votos eram censitários: o votante participava das eleições primárias para escolher os eleitores provinciais e estes se responsabilizavam por decidir os deputados e senadores. Todavia, mesmo com a forte coerção pela violência, presente principalmente nas eleições primárias, os jornais possuíam um papel importante ao atingir o público votante composto por empregados públicos, guarda-livros, bacharéis, clérigos, primeiros-caixeiros, mestres-artesãos, marinheiros, etc. (MARSON, 1980, p. 54).

³ Lopes neto foi o primeiro e único Barão de Lopes Neto. Tavares uma das lideranças da Insurreição *Praieira*, promotor público e colaborador de alguns jornais de oposição aos conservadores. Nunes Machado era um juiz de direito com bastante poder na província e foi uma das lideranças da Insurreição *Praieira* (MARSON, 1980, p. 48).

⁴ Louis-Léger Vauthier em seu diário descreve Maciel Monteiro como “o homem mais inteligente que já encontrei no Brasil” (Diário de L.-L. Vauthier., anotação de 29 de outubro de 1840).

⁵ “O guabiru, um ratinho sorrateiro, ladrão e esperto: engana, rouba sorrateiramente, foge e esconde-se” (MARSON, 1980, p. 40).

Assim, é possível perceber nos periódicos de oposição a constituição de um discurso em prol das categorias afetadas pela política *estrangeirista* do barão, que desde 1839 arregimentava diversos trabalhadores estrangeiros com o intuito de qualificar a mão de obra presente na província. É o caso do Mestre Carpina André Zacher que havia chegado ao Brasil em 1839 e acumulado algumas desavenças com artífices nacionais.

Segundo uma correspondência publicada no *Diário Novo* de 24 de setembro de 1844 assinada pelo “O inimigo da ambição”, o operário alemão estava acumulando não só diversos trabalhos nesta praça como também muitos desafetos. A imprensa panfletária da época enxergava a conduta do alemão como duvidosa, pois acumulava vários empregos em época de escassez e era muito próximo ao engenheiro Vauthier. Nesse caso em específico, o autor afirma ter ouvido de algumas pessoas de confiança que o Sr. Zacher era ganancioso a ponto de acumular muitos trabalhos simultaneamente, não recusando nenhuma empreitada. E o pior: ainda tinha por costume atravessar negociações com outros artífices, ofertando a sua força do trabalho, independentemente do tipo de ofício, por um valor sempre mais baixo. Ao que parece ele gostava de “abarcando o mundo com as pernas”⁶.

Na observação do *Diário Novo*, Zacher precisava entender que não era o único artista a retirar do trabalho a sobrevivência de sua família, muito menos o único artista hábil existente. Sobre as empreitadas, acredita que o alemão deveria contentar-se com as que voluntariamente lhe trazem para fazer e parar de atravessar as que não lhe cabem. Para “O inimigo da ambição”, se o Sr. Zacher é bom, como todos sabem, deve esperar que os bons empregadores o procurem, não ficar se oferecendo para esse ou aquele dono de obra, até porque ele não precisava desse tipo de iniciativa desonesta para ganhar dinheiro. Por fim, encerra com um conselho, provavelmente de colega de profissão: “se tomar este conselho, asseguro-lhe que se ha de dar muito bem, ganhar muito dinheiro, como tem ganho, e ser estimado de todos os seu collegas”⁷.

Todavia, é importante destacar que o interesse *praieiro* em relação ao mercado das obras públicas não pode ser resumido na defesa da “causa nacional”. De fato, angariar esses adeptos era fundamental para as eleições, contudo, o ímpeto *praieiro* era bem menos patriótico do que se imagina. Desqualificar a condução dos trabalhos da repartição era

⁶ HDBN, O Diário Novo, 24 de setembro de 1844.

⁷ HDBN, O Diário Novo, 24 de setembro de 1844.

uma estratégia para minar o poderio *guabiru* na província, mas também conquistar espaço em uma das instancias administrativas mais importantes do governo. Segundo Carvalho e Câmara (2011, p. 365), as disputas em torno da repartição foram fundamentais para o fim da política conciliatória do barão. O estopim teria sido a suspeita negação do acesso aos contratos oferecidos pela ROP após a introdução de um novo regulamento, em 25 de maio de 1842.

As obras públicas também eram – como até hoje – uma importante arma de propaganda eleitoral na imprensa, servindo para dar a medida do bom administrador, tanto que *praieiros* e *guabirus* enumeram em seus jornais realizações de seus chefes políticos no ramo das edificações (MARSON, 1980, p. 83). Nabuco de Araújo, por exemplo, chegou a acusar Chichorro da Gama, presidente em 1847, de tentar se promover por meio de inaugurações de obras impossíveis de serem completadas durante a sua administração, como o Colégio dos Órfãos e o novo Hospital. Não se tratava de otimismo, nem de ignorância, mas de vaidade e discurso político: ainda que houvesse uma só pedra no terreno, o evento consolidaria o seu nome na história de Pernambuco (ARAÚJO, 1977, pp. 27-29).

No entanto, ao utilizar a construção de diversas obras públicas para se promover, o barão teria de pagar um preço. O pagamento, porém, foi bastante parcelado, gradativo e com juros altíssimos entre 1842 e 1844. As principais denúncias giravam em torno da introdução do novo regulamento em maio de 1842, que para a oposição permitia todos os tipos de prevaricação⁸. Na ótica do partido, o regulamento havia sido criado para beneficiar os aliados da oligarquia Rego Barros-Cavalcanti, assim como os trabalhadores estrangeiros. Era mais uma demonstração do *exclusivismo* e *estrangeirismo* do barão⁹.

A PAIXÃO DO ESTRANGEIRISMO: EMBATES ENTRE GUABIRUS E PRAIEIROS EM TORNO DA REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

A oposição ao *estrangeirismo* não era mera compra de um discurso. A reformulação da ROP dinamizou os espaços de investimento na província,

⁸ HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

⁹ HDBN, O Diário Novo, 19 de dezembro de 1842.

potencializando o mercado das edificações, tão lucrativo para artífices e pequenos proprietários que inseriam seus escravos no ramo. Contudo, a positividade da eficiência, do dinamismo dos trabalhos, da modernização buscava esconder o seu caráter elitista e *exclusivista* (MARSON, 1987, p. 221). A forte presença da mão de obra estrangeira aumentou a concorrência no ramo das edificações, principalmente com a reforma administrativa de 1842.

Rego Barros já dava sinais desde 1840 de que iria promover uma remodelação na repartição. Na ótica do presidente, o antigo regulamento de 10 de agosto de 1835 provocava alguns inconvenientes no núcleo administrativo da instituição¹⁰. Porém, nada havia sido feito. Pelo menos não até março do ano seguinte, quando o barão anunciou algumas disposições para assegurar a ordem e se adaptar a chegada dos engenheiros franceses¹¹. Todavia, Firmino Âncora¹², funcionário mais resistente à chegada dos engenheiros franceses, atrapalhou a elaboração do projeto, barrando algumas das disposições, conforme narra Vauthier irritado em seu diário¹³. Apesar da resistência, o barão ainda conseguiu nomear Vauthier ao cargo de chefe do corpo de engenheiros, quando passou a protagonizar boa parte das obras administradas pela repartição.

O cargo, porém, não era suficiente para que Vauthier imprimisse um ritmo diferenciado nos trabalhos da ROP, nem tampouco cumpria as promessas feitas ainda na Europa. A fim de concretizar os seus planos, Rego Barros finalmente comunica aos deputados que o tão prometido novo regulamento estava pronto e que seria entregue o quanto antes¹⁴. O texto, publicado em 25 de maio de 1842, se tornou um prato cheio para a oposição, especialmente após a consolidação do partido *praieiro* na corrida eleitoral.

Segundo um comunicado assinado por “W”, publicado pelo *Diário Novo* em 1842, o intuito da reforma nunca foi corrigir inconvenientes administrativos da repartição, mas lançar Vauthier à chefia e demitir funcionários não submissos aos desejos obscuros do barão e de sua *paixão estrangeirista*. Para a oposição, a constante difamação da

¹⁰ Relatório que á Assembleia Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinária de 1840 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros, 1 de março de 1840, p. 10 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

¹¹ Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinária de 1841 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros, 1 de março de 1841, pp. 08-09 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

¹² Firmino Herculano de Moraes Âncora era um Tenente Coronel do corpo de engenheiros ligado as obras públicas desde 1822 (Ofício da Junta Provisória do Governo da Província de Pernambuco ao Sargento Real do Corpo de Engenheiros, Firmino Herculano de Moraes, 09 de maio de 1822, Recife).

¹³ Diário de L.-L.V., anotação de 24 de março de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁴ Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinária de 1842 o exmo barão de Boa Vista, presidente da mesma provincia, 1 de março de 1842, p. 19 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

instituição era uma das táticas utilizadas pelos conservadores para justificarem legalmente seus interesses particulares e *exclusivistas*. A troca de funcionários, nesse sentido, não era consequência, mas a razão da reforma¹⁵.

As relações entre Vauthier, os engenheiros franceses e os demais empregados da repartição sempre foram muito complicadas; especialmente com Firmino Âncora. Vauthier não se deu bem com o inspetor desde a sua primeira visita a repartição. Segundo o francês, Âncora tinha um “ar dissimulado e pesado”, além de uma expressão melancólica que, ironicamente, o comovia. A melancolia era fruto da inveja, da insatisfação de ver-se suplantado por um moço de apenas 25 anos¹⁶.

O próprio Sr. Firmino, única mola ativa e útil dessa máquina malmontada, pode recear que minha chegada aqui provoque a sua ruína e, de fato, assim teria ocorrido se eu pessoalmente não me tivesse interessado por ele e procurado um jeito de encaixá-lo em minha organização¹⁷.

Essa passagem possibilita a interpretação de que Vauthier, ainda que não chefiasse a repartição, sabia que em algum momento isso aconteceria. Contudo, encaixá-lo em sua organização não seria fácil. Em 27 de setembro, Vauthier narra em seu diário que rolavam alguns burburinhos na repartição depois de sua chegada, alimentados principalmente por Firmino Âncora¹⁸. A perseguição, na ótica de Vauthier, não era novidade, pois já haviam forçado o Sr. Boyer¹⁹ a demitir-se alguns meses atrás. Quais as razões para tanta resistência? Haviam, como tantos falam, pessoas dentro da repartição que roubam horivelmente os cofres do governo? Por essa razão os funcionários mais antigos,

¹⁵ HDBN, O Diário Novo, 19 de dezembro de 1842.

¹⁶ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro (em referência ao dia 10) de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁷ Diário de L.-L.V., anotação de 01 de outubro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁸ Diário de L.-L.V., anotação de 27 de setembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁹ Engenheiro francês, contratado em 1838 para a ROP. Foi responsável por um plano de melhoramentos que incluía a construção de um Cais e a canalização dos rios Beberibe e Camaragibe (esse último projeto Vauthier tomou protagonismo alguns meses mais tarde). Boyer iria embora do Recife antes mesmo da chegada de Vauthier, ele vinha recebendo diversos ataques correspondentes a uma dita “má administração” das Obras Públicas (FREYRE, 1940, p. 102; PONCIONI, 2010, p. 84 [nota de rodapé]).

especialmente Âncora, estariam se opondo a diminuição da burocracia na repartição? – Em tom especulativo, Vauthier reflete sobre essas questões em seu diário²⁰.

Se por um lado Vauthier acreditava que a antiga burocracia favorecia a corrupção, a oposição era convicta do contrário. Um outro comunicado, também publicado pelo *Diário Novo*, afirmava que a desburocratização promovida pelo novo regulamento havia levado a repartição para os caminhos do anarquismo e da prevaricação. Segundo o texto, a ROP, que na época possuía um dos maiores orçamentos da “mirrada” Tesouraria Provincial, tinha piorado espantosamente após a precipitada reforma. Posteriormente, narra ironicamente a ocupação dos cargos pelos personagens “d’alta categoria” da Europa, lamentando a demissão do ilustre Firmino Âncora. Para o autor, a nova roupagem da repartição podia ser definida da seguinte forma: um sistema de total independência por parte dos “sapiantísimos Francezes”, sob apoio incondicional do presidente²¹.

De acordo com o *Diário Novo*, com o regulamento de 1835 era possível compreender bem as atribuições de cada um dos empregados, bem como seus respectivos vencimentos, nem um único empregado ignorava as suas obrigações, executando-as com a maior facilidade. Diferentemente do novo, que nada mais era que um testemunho autêntico da grande miséria administrativa. Em tom de denúncia, afirma que o novo regimento era repleto de descrições vagas, dando bastante poder de decisão ao presidente. Um dos primeiros artigos do regulamento, por exemplo, versa que a administração das obras públicas deveria ser composta por um engenheiro em chefe, um inspetor geral e engenheiros e empregados que fossem necessários para o andamento dos trabalhos. Segundo o comunicado, a desburocratização do documento oferecia aos presidentes a facilidade de empregar quem quisesse na repartição, assim como excluir quem não se curvasse cegamente²².

No tocante a fiscalização do dinheiro público, o autor destaca que a nova administração da ROP não cumpria a orientação da lei do orçamento provincial do ano financeiro 1838-1839, que obrigava a repartição a apresentar de três em três meses os orçamentos e despesas das obras executadas por intermédio dos periódicos. Jogando para

²⁰ Diário de L.-L.V., anotação de 01 de outubro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

²¹ HDBN, O Diário Novo, 25 de dezembro de 1842.

²² HDBN, O Diário Novo, 25 de dezembro de 1842.

a plateia, encerra seu texto perguntando aos leitores se haviam lido alguma prestação de contas sequer daquela repartição após as reformas empreitadas pelo barão²³.

Alguns meses depois, o autor, que agora assinava por “W”, retornou a criticar as reformas promovidas pelo regulamento de 25 de maio de 1842. Para ele, a ROP, maior das misérias da atual administração, ao abrir as portas a todos os aliados pretendentes a cargos públicos estava sobrecarregando as rendas provinciais sem fiscalização alguma. Como argumento, descreve que Vauthier facilmente pegava na tesouraria a soma de até 900\$000 réis, sob o pretexto de despesas miúdas. E o pior: sem fiador idôneo. Nesse sentido, haveriam intenções sinistras no desejo de aprovação desse regulamento, bem como um desejo de vingança por parte dos engenheiros estrangeiros, sob tutela de um patronato escandaloso do presidente²⁴.

O comunicado também destaca a conduta do barão no que diz respeito aos processos de arrematação de obras. Segundo “W”, era estranho e complicado Rego Barros se humilhar para conseguir suprir o déficit do cofre provincial com o financiamento de particulares. Para o autor, o presidente deveria simplesmente manifestar em assembleia a quantia total das somas recebidas, para que a mesma pudesse decretar o restante. Esse tipo de financiamento, pouco fiscalizado e dependente de relações particulares do presidente, ocasionava todos os tipos de dependências físicas e morais. Assim, o reconhecimento, a gratidão, a troca de favores, enfraquecia a vigilância e possibilitava o desacatamento. Ainda mais estranho, para “W”, eram os diferentes níveis de reconhecimento para com os empreiteiros. Francisco Oliveira²⁵, por exemplo, grande financista das obras do Teatro de Santa Isabel, ostentava menções honrosas nos ofícios, enquanto homens interessados em investir na moralização das classes sujeitas ao crime (prisão e casa de correção), eram constantemente omitidos²⁶.

Quem não se omitiam eram os defensores do barão. Em 20 de março de 1843, dois dias após o último comunicado assinado por “W”, o *Diário de Pernambuco* publicou uma resposta anônima às edições 00113 e 00116 do *Diário Novo*, correspondentes aos comunicados de 19 e ao 25 de dezembro de 1842, respectivamente. Depois de chamar o crítico de “Pigmeo W”, o autor explorou vários problemas em seus argumentos,

²³ HDBN, O Diário Novo, 25 de dezembro de 1842.

²⁴ HDBN, O Diário Novo, 18 de março de 1843.

²⁵ Um dos grandes traficantes de escravos de Pernambuco. Segundo Gomes (2016, p. 12), Francisco Antonio de Oliveira ascendeu principalmente na década de 1830, financiando inclusive as campanhas de diversos políticos conservadores e auxiliando o Barão da Boa Vista a “concretizar” o projeto de modernização via melhoramentos urbanos.

²⁶ HDBN, O Diário Novo, 18 de março de 1843.

especialmente no que se refere ao conhecimento das legislações provinciais e diretrizes da própria reforma. Lembra a “W” que ele esquecera de mencionar que o tão exaltado regulamento de 10 de agosto de 1835 nunca tinha sido aprovado, possibilitando ao poder executivo que o reformasse enquanto não tivesse força de lei. Para ele, mais perigoso que redigir um novo regimento e leva-lo à assembleia, era manter-se coordenado por simples regulamentos governamentais²⁷.

Sobre as denúncias de perseguição, o governista defende que nenhuma demissão foi fruto de vingança ou silenciamento. E que não caberia, como parecia sugerir “W”, a Assembleia Provincial investigar e julgar os casos: onde já se viu uma assembleia que, em vez de ocupar-se das leis, se responsabilizasse por analisar mudanças nos empregados de uma ordem tão inferior? – Questiona o *baronista*. No que diz respeito a prestação de contas, nega a afirmação do *Diário Novo* de que somente antes da reforma se faziam publicações sobre as despesas da repartição. E ainda acrescenta que os moldes de prestação de contas eram ineficientes, pois apenas dizia-se “no trimestre passado despendeu-se tanto com materiaes para tal obra, etc.”, mas não se deixava claro como o dinheiro entrava ou saía, nem o que era mais caro ou barato²⁸.

A respeito da nomeação de Vauthier para a chefia da ROP, destaca que não havia nenhum regulamento que limitasse a engenheiros nacionais a função de dirigir os trabalhos da instituição. Assim, a administração das obras públicas legalmente foi passada a Vauthier depois da demissão do Sr. Firmino Âncora e, suprimindo a necessidade de um inspetor, foi nomeado o Sr. José de Barros para o cargo. O Sr. José de Barros seria de fato inspetor, não outro diretor, algo que por defeito do regulamento de 10 de agosto de 1835 se confundia. Contrapondo a acusação de “W”, também afirma que o barão não havia reformulado a repartição para encaixar Vauthier, ou demitir o Sr. Firmino, mas para retirar confusões que haviam na administração das obras públicas, regular os serviços e fiscalizar melhor as despesas²⁹.

O antigo regulamento, na ótica do governista, reunia no administrador fiscal funções incompatíveis: mandava-o fazer as despesas, fiscaliza-las e determinar os pagamentos. Semelhantemente, alocava no inspetor geral a responsabilidade de administrar, inspecionar e fiscalizar as próprias obras. A partir da reforma, os engenheiros

²⁷ HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

²⁸ HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

²⁹ HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

dirigiam as obras, mas não as fiscalizavam. Nessa proposição, os engenheiros orçamentavam e atestavam os fornecedores dos materiais ao engenheiro em chefe; esse, por sua vez, conferia e encaminhava até o inspetor fiscal, que não dirigia obra alguma, nem tampouco fazia compras ou decretava pagamentos. Munido de “imparcialidade”, o inspetor fiscal daria um título, um selo, e a solicitação seria levada até a Tesouraria Provincial, que conferiria o título com os documentos e só depois deliberaria os pagamentos³⁰.

Em tom de sarcasmo, provoca “W”, pedindo-lhe que elabore uma forma mais eficiente de fiscalização; do contrário, que reconheça que os novos moldes de fiscalização eram melhores que os precedentes. Segundo o autor, a fiscalização do antigo e indefensável regulamento de 1835 funcionava da seguinte forma: enquanto a tesouraria só ficava sabendo dos pedidos, o administrador fiscal fazia os ajustes, as despesas, decretava os pagamentos e fiscalizava os documentos que ele próprio exigia e “santificava”. E, diferentemente das quantias de 900\$000 réis retiradas, segundo “W”, pelo Sr. Vauthier na tesouraria, o antigo regulamento viabilizava a tratativa em contos de réis. O novo regulamento, nesse sentido, evitava que a retirada desses valores indispensáveis para o dia a dia dos trabalhos fosse feita de maneira descontrolada e arbitrária. Para o governista, “W” faltava repetidamente com a verdade em suas publicações, tática inerente à oposição³¹.

Acerca da nomeação dos empregados, argumenta que a única diferença entre os regulamentos é que enquanto o antigo enumerava alguns funcionários, encerrando com “e mais empregados, que forem necessários”, o art. 2 do regulamento atual estabelecia disposição semelhante, mas nomeava apenas os empregados principais, arregimentando os demais de acordo com a necessidade do serviço. O autor reconhece que o antigo regulamento não havia sido escrito por pessoas que ostentavam más intenções, todavia, os problemas cotidianos da repartição exigiam novas proposições. Se o novo regulamento não completava perfeitamente a obra, ao menos a aperfeiçoava³².

Por fim, encerra seu comunicado reafirmando que Firmino Âncora não havia sido demitido para dar espaço aos estrangeiros na repartição, mas pela sua conduta. Segundo o autor, Âncora havia orçado algumas obras e gastado o quadruplo do orçamento

³⁰ HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

³¹ HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

³² HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

aprovado, por isso recebeu a sua carta de demissão. Assim, não era esse senhor tão necessário ao engrandecimento da província, conforme afirmara “W”, nem tampouco à fiscalização das despesas das obras públicas. Assim, a exaltação do Sr. Firmino Âncora era exagerada e inexata³³.

Na semana seguinte, “W” retornou a *Tipografia Imparcial* com um novo comunicado. O intuito? Rebater as afirmações publicadas anonimamente pelo *Diário de Pernambuco* de 22 de março de 1843. Depois de minimizar as declarações do governista no que se refere a não aprovação em Assembleia do antigo regulamento, “W” alega que o barão afrontou os seus antecessores ao promover uma reforma tão arbitrária³⁴. Com a intenção clara de sensibilizar os leitores, ainda recria um diálogo que ao seu ver representaria verdadeiramente os sentimentos do barão:

[...] os, ex-presidente, não sabeis fazer regulamento; devias ter cuidado noutra vida: o q’publicaste, para nada presta, só tem servido para favorecer as dilapidações, empecer o serviço, e acabrunhar a Província. – E vos Snra. Assembleia, não cumpris com o vosso dever, vossa existência he inutil; tendes ha tanto tempo, em vosso hum regulamento informe, que faz a desgraça da vossa Patria, é dormis, nada decedis, mostrando-vos dest’arte interessada nos males que dahi partem – Cremos tão bem que a esta invectiva afrontosa poderia a Assembleia retorquir com dignidade – Nós não vos authorisamos, Snr. presidente, a dar regulamentos; e talvez se estivésseis no poder em tempo, em que decretamos a criação da repartição, que arbitrariamente reformastes, não vos confiariamos a faculdade de organiza-la; pois não sabeis se não desorganizar: estávamos contentes com o regulamento q’ existia; se havião inconvenientes na pratica, por que não nos declarastes com especificação? Por que não solicitastes a sua aprovação ou reprovação? Se ha culpa, sobre vos recahe³⁵.

Em relação aos empregados da repartição, “W” diz que nunca desejou que a Assembleia cumprisse a função de julgar as prevaricações, como afirmara o comunicado do *Diário de Pernambuco*. Ainda questiona: pedir para que os inconvenientes práticos de uma repartição sejam publicados significa que se busca apenas acusar os seus empregados, ou que se entende que casos como esses deveriam ser abolidos, visto o

³³ HDBN, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

³⁴ HDBN, O Diário Novo, 28 de março de 1843.

³⁵ HDBN, O Diário Novo, 28 de março de 1843.

desrespeito às leis? Para “W”, a repartição estava em maus bocados, pois para demitir os que não se curvassem aos caprichos, não era preciso prova alguma: “elle demitte quando bem l he apraz, como muias vezes tem feito”³⁶.

Em sua ótica, tão estranho quanto as demissões era a súbita ascensão de Vauthier à chefia da repartição. Pede então para que o *baronista* aponte alguma lei que permitisse a um estrangeiro não naturalizado chefiar alguma repartição; no entanto, lembra-se – sarcasticamente – que o aquele governo não necessitava de leis para promover qualquer tipo de mudança. Cético quanto a afirmação de que Âncora não teria sido demitido para beneficiar os engenheiros estrangeiros, dá um recado aos defensores do presidente: “contra a evidencia physica, e moral, cahem por terra todos os argumentos”³⁷.

Acerca da estrutura fiscal do antigo regulamento, último tópico discutido em seu comunicado, afirma que há inverdades no discurso promovido pelo *baronista*. Após uma descrição minuciosa do sistema fiscal do antigo regulamento, “W” reverte a sentença publicada pelo *Diário de Pernambuco*, que havia afirmado que o antigo regulamento favorecia a corrupção do erário público. Segundo o autor, os novos moldes administrativos centralizados nas mãos do barão e de seu estrangeiro predileto, fragilizavam o controle fiscal sobre os enormes valores despendidos pela instituição no mercado das edificações, facilitando a prevaricação³⁸.

Outra questão apontada por “W”, em um comunicado posterior, versa que outro grande problema fiscal da repartição morava na feria dos trabalhadores. Segundo consta, após a reforma a feria dos canteiros ficou a cargo dos engenheiros, um problema grave, pois não havia sequer um almoxarife para observar se os pagamentos estavam sendo feitos da maneira correta. Depois acusa o barão de exercer em Pernambuco um desgoverno, autoritário e tirânico, pois não se importara nem em dar satisfações aos empregados substituídos; como quando afastou o Sr. Amaro Francisco de Moura como se o mesmo, devido a seus problemas de saúde, tivesse simplesmente morrido³⁹.

Para *O Artilheiro*, eram mesmo as obras públicas e o engajamento de trabalhadores estrangeiros os principais “cavalos de batalha” da oposição⁴⁰. Oposição que não media esforços em rebater todas as publicações que defendiam a conduta do barão

³⁶ HDBN, O Diário Novo, 28 de março de 1843.

³⁷ HDBN, O Diário Novo, 28 de março de 1843.

³⁸ HDBN, O Diário Novo, 28 de março de 1843.

³⁹ HDBN, O Diário Novo, 7 de abril de 1843.

⁴⁰ HDBN, O Artilheiro, 16 de janeiro de 1843.

em torno da ROP. Segundo o “Inrepido”, o barão, que não demonstrava nenhum respeito para com os empregados que significassem algum tipo de empecilho a sua política *estrangeirista*⁴¹, havia transformado a instituição em “têta” de muita gente⁴². As denúncias, todavia, se intensificariam em 1844, pois na proximidade das eleições “todos os bichos sahem da concha”⁴³.

QUANDO TODOS OS BICHOS SAHEM DA CONCHA: OS MALES DA ADMINISTRAÇÃO BARONISTA E A ESCALADA PRAIEIRA AO PODER

O partido *praieiro* tentava forçar a saída de Francisco do Rego Barros desde 1842. Contudo, o apoio do gabinete conservador de Honório H. C. Leão ao presidente havia sugado temporariamente as esperanças do partido. Situação que mudou em 1844, pois conflitos entre o gabinete de Honório e o imperador abriram espaço para outros aspirantes ao poder disputarem cargos e protagonismo tanto na esfera provincial, quanto geral. Em nenhuma província a luta foi tão intensa como em Pernambuco. Assim, o novo gabinete teve de intervir a favor da conciliação, alijando interesses *praieiros*, mas também agrados de Hollanda Cavalcanti e companhia. Segundo Marson (1987, pp. 233-235), o estratagema ocasionou um impasse, com os dois grupos disputando benefícios e cargos.

Pressionado, o barão pediu que a Câmara Municipal chamasse o seu 1º Vice-Presidente para o substituir, sob a alegação de problemas de saúde. No dia 16 de abril, o então Ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, dirigiu um ofício ao barão informando-lhe que d. Pedro II havia aceitado o pedido de demissão. Porém, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, irmão de Hollanda, só ficou no cargo por 16 dias, pois o aviso imperial de 9 de abril não permitia mais deputados ficarem à frente de governos provinciais. Assim, o 3º Vice-Presidente, Izidro Francisco de Paula Mesquita e Silva, adepto da política do barão, assumiu por pouco mais de um mês (CAVALCANTI JR, 2001, pp. 66-67).

⁴¹ HDBN, O Diário Novo, 20 de janeiro de 1843.

⁴² HDBN, O Diário Novo, 21 de junho de 1844.

⁴³ HDBN, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

Para a infelicidade *guabiru*, a pressão *praieira* surtiu efeito na corte. Preocupados com a manutenção dos cargos de juiz de paz e de polícia, o partido insistiu para que o novo gabinete nomeasse alguém mais adequado às demandas do ministério liberal (CAVALCANTI JR, 2001, pp. 67-69). Nesse sentido, em 6 de junho de 1844 Joaquim Marcelino de Brito tomou posse do cargo de Presidente da Província de Pernambuco. A estratégia dos liberais da corte era conservar o poder nas mãos de pessoas ligadas a Hollanda, mas também ceder alguns cargos importantes ao partido *praieiro* (MARSON, 1987, pp. 235-237).

De acordo com os *praieiros*, a imprensa panfletária finalmente tinha a destruído a hegemonia Rego Barros-Cavalcanti e consolidado o partido que realmente era amigo da monarquia e da constituição. Em regozijo, o *Diário Novo* exalta a possibilidade de uma parceria vitoriosa com Brito, declarando acreditar que a sua índole não era corruptível como a do barão. Todavia, alerta que para seguir as diretrizes do gabinete de 2 de fevereiro, o presidente precisava antes de mais nada desmontar a máquina administrativa *guabiru*⁴⁴. A imprensa *baronista* também não tratava Marcelino de Brito como inimigo, mas buscava leva-lo a empreender uma polícia moderada, contrária a qualquer tipo de inversão. Nesse cabo de guerra, os conservadores demonstraram possuir mais força, pois a resistência do novo presidente em redistribuir cargos de polícia diminuiu paulatinamente a paciência do partido *praieiro*. O péssimo diálogo com Marcelino de Brito gerou a oportunidade perfeita para os conservadores reestabelecerem o controle da província.

Na imprensa, o já conhecido “W” retorna a falar sobre os males que a administração do barão ainda em 16 de agosto de 1844. A intenção era clara: combater o *estrangeirismo* da repartição personificado na figura de Vauthier e pressionar Marcelino de Brito para que restaurasse as antigas disposições do regulamento de 10 de agosto de 1835. Na ótica de “W”, o corpo de engenheiros, que antes da introdução dos sapientes franceses era formado por cinco engenheiros nacionais e um outro de origem alemã, agora possuía seis engenheiros⁴⁵ trabalhando como meros serventes de estradas, sendo cinco dos quais carentes de estudos profissionais significativos e um último de profissão muito diversa. Cinco dos contratados havia chegado com a soma de 178\$160 réis mensais, pagos

⁴⁴ HDBN, O Diário Novo, 7 de junho de 1844.

⁴⁵ Louis-Léger Vauthier, Pierre-Victor Boulitreau, Florian Désiré Portier, Joseph Jean-Jacques Morel, Louis Férrol Buessard e Henri-Auguste Milet.

pontualmente e com preferência a todos os demais empregados da administração provincial. Já Vauthier, ganhava três vezes mais. Por ser chefe do corpo de engenheiros, seu salário era de 420\$000 réis mensais. Para “W”, era assustador um simples engenheiro receber salário equivalente a um primeiro magistrado ou presidente de província. Presidente que, segundo “W”, recebia por lei apenas 333\$000 réis mensais, um quarto a menos que o jovem engenheiro francês⁴⁶.

Para a oposição, era difícil acreditar que o presidente, mesmo com a autorização em assembleia, oferecesse um salário desse nível a um engenheiro. Pior ainda, para o *Diário Novo*, era aumentar arbitrariamente as despesas dos cofres públicos em 716\$166 réis mensais a troco de nada. Se antes da reforma a repartição despendia com todos os empregados a soma de 810\$164 réis mensais, após o novo regulamento, mesmo com a morte do engenheiro alemão e demissão de outros quatro, a despesa alcançava 1:526\$330 conto de réis; sem contar gastos com funcionários avulsos, que recebiam quantias significativas nas férias sem ostentar título algum⁴⁷.

Segundo “W”, os novos valores recebidos pelos empregados da repartição inseriam outro significado na prevaricação: se antes os funcionários se aproveitavam de brechas estruturais para compensar baixos ordenados, agora eles eram movidos pela pura e simples ambição insaciável, “falta de brio”, de “educação sisuda”, de moralidade. A imoralidade dos aproveitadores podia ser observada no acúmulo de riquezas, no luxo desmensurado, nas relações com ricos proprietários, na aproximação com elementos que levam o ser humano a prevaricação, ao furto⁴⁸.

Posteriormente, o autor se dedica a atrair a atenção do então presidente Marcelino de Brito para a conduta de Vauthier na repartição. Antes de mais nada, questiona o fato de Vauthier não ter se dignado a responder nenhuma das denúncias feitas pelo *Diário Novo*, pergunta que já havia sido feita por outra publicação no mês anterior, assinada por “Vôte”⁴⁹. Depois, enaltece a reprovação do novo orçamento remetido por Vauthier ao presidente. Para “W”, o texto representava por si só um “corpo de delicto” e, se aprovado, deveria levar o engenheiro à pena de galés⁵⁰.

⁴⁶ HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

⁴⁷ HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

⁴⁸ HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

⁴⁹ HDBN, O Diário Novo, 13 de julho de 1844.

⁵⁰ HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

Uma das intenções de Vauthier com o orçamento era acrescentar ao número das “sanguexugas estrangeiras” o mestre carpina e alemão Zacher, com salário equivalente a 1:200\$000 conto de réis. Uma outra, era gratificar com mais 560\$000 réis um outro estrangeiro que já recebia 1:000\$000 conto de réis e, não contente, também pretendia conseguir com a presidência a renovação de um crédito de 4:500\$000 e outro de 3:000\$000 contos de réis em prol de reparos da “extraordinária ponte suspensa”. Na observação do *Diário Novo*, somente a sua mania de “despender loucamente” justificaria tais pedidos⁵¹.

O partido *praieiro* acreditava que uma forte mobilização política por intermédio especialmente da imprensa poderia pressionar o novo presidente a ponto de finalmente cercear os escândalos da reformulada repartição, retirando-lhe o “veo, com que ainda se encobrem as malversações”. Ou seja: extinguir o regulamento de 1842 e demitir o engenheiro em chefe que havia redigido o novo regulamento e “manipulado” seu protetor para que o assinasse sem ler. Somente um retorno às disposições do antigo regulamento restauraria a paz administrativa e daria alento aos cofres públicos⁵².

Três dias depois, um amigo do barão, publicou no *Diário de Pernambuco* um texto em sua defesa. Segundo o comunicado, de fato Vauthier havia sido contratado pela quantia de 420\$000 réis mensais, porém, a responsabilidade era do Sr. Manoel de Souza Teixeira, político que presidiu temporariamente a província entre fevereiro e novembro de 1841. Se competia ao Sr. Souza recepcionar e o dispensar caso o considerasse notoriamente lesivo, não havia razões para condenar Rego Barros pela renovação de seu contrato⁵³.

Três dias depois, um amigo do barão, publicou no *Diário de Pernambuco* um texto em sua defesa. Segundo o comunicado, de fato Vauthier havia sido contratado pela quantia de 420\$000 réis mensais, porém, a responsabilidade era do Sr. Manoel de Souza Teixeira, político que presidiu temporariamente a província entre fevereiro e novembro de 1841. Se competia ao Sr. Souza recepcionar e o dispensar caso o considerasse notoriamente lesivo, não havia razões para condenar Rego Barros pela renovação de seu contrato⁵⁴.

⁵¹ HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

⁵² HDBN, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

⁵³ HDBN, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

⁵⁴ HDBN, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

A oposição também não deixaria esse equívoco passar despercebido. Outro comunicado publicado pelo *Diário Novo*, assinado dessa vez por “Y”, acusa o *baronista* de abusar da mentira em sua defesa. Segundo “Y”, a edição de número 196 do *Diário de Pernambuco*⁵⁵ atesta que Vauthier havia desembarcado em Pernambuco numa terça-feira 8 de setembro de 1840, quando o Sr. Souza Teixeira ainda não era administrador, mas sim Rego Barros⁵⁶. A data também condiz com as anotações de Vauthier referentes ao 8 de setembro, quando descreve as suas primeiras impressões sobre o litoral pernambucano⁵⁷.

Em relação aos altos salários dos empregados estrangeiros da repartição, o comunicado do *Diário de Pernambuco* argumenta que ninguém de tamanha competência viria ao Brasil por vencimentos menores que os oferecidos. Cita como exemplo o engajamento de um engenheiro alemão para chefiar o departamento de obras públicas, junto a outros engenheiros assistentes, por parte do “muito econômico” presidente da Bahia. Segundo o *baronista*, se pagava por lá mais que 400\$000 réis mensais. Em tom de provocação, ainda pede para que “W” pesquise em todas as províncias do Império o nome de algum engenheiro estrangeiro habilidoso que aceitava valores contratuais abaixo dos oferecidos em Pernambuco e Bahia⁵⁸.

Sobre a renovação do contrato de Vauthier, sugere que “W” tente censurar também a Assembleia, pois foi não só conivente, como entusiasta da negociação. Já ao que diz respeito aos aumentos dos gastos mensais com a repartição, o autor lembra ao opositor que havia muita diferença entre o que se fazia, em termos de obras e qualidade no serviço, antes e depois do regulamento. Ao seu ver, não existia nenhuma possibilidade de comparação entre os trabalhos da repartição reformada e os “toscos trabalhos” da antiga repartição. Para o *baronista*, “W” fingia se importar com o antigo regulamento, mas tudo que almejava era ressuscitar os empregados precedentes e a confusão que havia na fiscalização⁵⁹.

Por fim, afirma que “W” era desonesto ao mencionar os valores solicitados por Vauthier no recente orçamento levado à presidência. Segundo o *baronista*, era bem sabido pela população pernambucana que as cheias destruíam periodicamente as pontes do

⁵⁵ HDBN, Diário de Pernambuco, 9 de setembro de 1840.

⁵⁶ HDBN, O Diário Novo, 21 de agosto de 1844.

⁵⁷ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro de 1840 (em referência aos primeiros dias de sua chegada). In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁵⁸ HDBN, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

⁵⁹ HDBN, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

Recife. A ponte suspensa na travessia do rio Capibaribe, por exemplo, precisava de ornamentos de prevenção, para impedir que uma das principais estradas que passava por lá prejudicasse o comércio e a indústria da província. Nesse sentido, a solicitação de créditos adicionais não era passível de “pena de galés”, nem ultraje algum à administração provincial⁶⁰.

Em resposta, “W” subiu o tom. “Estupefato”, o autor questiona como alguém tão irresponsável poderia se manter à frente de um cargo tão importante. Confessa que de início acreditou que o Sr. Brito coibiria as afrontas de Vauthier, contudo, se mostrou decepcionado com a conivência do presidente, especialmente após uma suposta intercessão do barão em nome dele. O mesmo barão que havia consentido, segundo “W”, um orçamento de 878\$840 réis para Vauthier explorar o interior da província e elaborar um mapa topográfico do território pernambucano, pouco antes de deixar a presidência. Valor considerado absurdo, injustificável, imprudente, uma verdadeira “ladroeira”⁶¹.

Os embates aqui destacados não são eventos isolados. O *Diário Novo* adotou um misto de discurso religioso com a política salvacionista da *Praia* para reforçar o engajamento de seus adeptos na proximidade das eleições, além de conquistar novos votantes de boa fé, patriotismo e moralidade. A intenção era clara: transformar os *guabirus* na antítese a ser combatida, uma questão de vida e morte⁶². Na ótica do partido, meia dúzia de *guabirus* controlaria as eleições com esperteza, caso o “indiferentismo” dos concidadãos retornasse a aparecer. Nesse sentido, quem fosse a favor da “causa da nação” deveria se atentar para todos os males da administração *guabiru*: “unaõ-se os patriotas, desponhão-se a servir um dia a seu paiz, que o triunfo da liberdade será infalível”⁶³. Somente a força do altar da pátria, que eram as igrejas em agosto de 1844, poderia afastar dos pernambucanos o perigo representado pelo regressismo (MARSON, 1987, pp. 240-241).

Para além do engajamento de adeptos, os *praieiros* pretendiam conquistar cargos relevantes para a constituição de uma máquina eleitoral favorável. O partido já havia conseguido a nomeação de Afonso Ferreira à chefia da polícia, contudo, a oficialidade, bem como a maioria dos integrantes da polícia, possuía relações clientelares com a

⁶⁰ HDBN, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

⁶¹ HDBN, O Diário Novo, 25 de outubro de 1844.

⁶² HDBN, O Diário Novo, 28 de junho de 1844.

⁶³ HDBN, O Diário Novo, 28 de junho de 1844.

administração *baronista*. A vantagem da *Praia*? A ocupação dos cargos de juízes de paz. Entretanto, para garantir o sucesso das eleições, a conquista de cargos de política era fundamental. Apesar da resistência do presidente às investidas *praieiras*, os *guabirus* tentaram se assegurar da vitória por meio de um plano audacioso: subdividir os três maiores colégios eleitorais da província, Recife, Olinda e Goiana, e coloca-los sob jurisdição de novos juízes, fragmentando o eleitorado *praieiro*. No entanto, munido pelo decreto de 28 de junho de 1830, que determinava que as eleições em novos distritos deviam ser presididas pelos juízes em exercício, Brito vetou o projeto. O veto acabou por representar a derrota *guabiru* nas eleições de 1844 (MARSON, 1987, pp. 237-239).

É importante mencionar, porém, que os conflitos entre *guabirus* e *praieiros* não se limitavam aos periódicos, nem tampouco aos trâmites legais da política. A imprensa panfletária, apesar de utilizada para promover o sistema e as relações de poder vigentes, acabava por também inflamar outros seguimentos da sociedade, extrapolando a barreira imposta pelos papéis e ameaçando a segurança em torno das instituições e de todo o funcionalismo público (MARSON, 1980, pp. 08-09). Muitas vezes os discursos e a retórica adotada elevaram os ânimos, influenciando diversos ataques a autoridades, tanto verbais quanto físicos, como os chamados mata-marinheiros, “violentas manifestações de rua que colocavam em desespero a comunidade portuguesa residente na cidade”, além de diversos outros estrangeiros (CÂMARA, 2007, p. 104).

Manoel Cavalcanti Jr. (2001, pp. 76-77), nos conta que os trabalhos eleitorais de 1844 foram divididos em três etapas. Primeiro ocorreu a eleição em agosto para juízes de paz dos novos distritos. Depois, a eleição primária, realizada em setembro e responsável por selecionar os eleitores que constituiriam o Colégio Eleitoral, além de novos juízes de paz e vereadores. Por fim, as eleições secundárias de outubro, quando o Colégio Eleitoral selecionou os deputados que representariam a província na Assembleia Geral. Todas as etapas foram marcadas por violência mútua: ameaças, prisões, roubos, assassinatos, tudo que de alguma forma possibilitasse a vitória. O contexto conturbado levou o gabinete liberal a nomear um novo presidente para a província.

No entanto, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, que assumiu o cargo no dia 9 de outubro, era bem mais suscetível às disposições *baronistas*, facilitando a vida dos conservadores na província. Os seus esforços, porém, não foram suficientes para evitar a derrota *guabiru* nas eleições de outubro de 1844. Para piorar a situação, Thomaz Xavier

ainda não durou muito no cargo, sendo substituído em 1845 por Antonio Pinto Chichorro da Gama, magistrado baiano com carreira consolidada na política imperial e adepto da política *praieira* (MARSON, 1987, pp. 248-255).

Quando Chichorro assumiu o poder, os *praieiros* passaram a se utilizar da máquina administrativa montada pelos *baronistas* para retribuir as agressões sofridas no passado recente, reproduzindo o tão criticado *exclusivismo*. No seio administrativo da ROP, o governo de Chichorro logo de cara anulou o regulamento de 25 de maio de 1842 e restituiu o antigo regimento de 1835, conforme o desejo de “W”. As mudanças ainda acarretaram na demissão maciça não só de aliados do barão, como também de boa parte dos trabalhadores estrangeiros engajados nas repartições públicas, incluindo Vauthier e companhia. As atitudes, ora marcadas pela defesa de interesses pessoais, ora pela simples retaliação aos “inimigos da pátria”, esvaziaram paulatinamente tanto o apoio do gabinete liberal, que estava mais interessado na promoção de reformas do que na simples inversão dos poderes, quanto a credibilidade do partido na província, visto que até mesmo a “populaça” foi colocada em segundo plano após a vitória de 1844.

As contradições *praieiras* viabilizaram a retomada do poder por parte dos *guabirus*, principalmente após o gabinete luzia cair na corte. Quando Chichorro da Gama foi substituído em 1848, o caos se instaurou na província. Os sucessores cederam à pressão *guabiru*, redistribuindo muitos dos cargos pertencentes aos aliados da *Praia*, causando uma nova inversão política. Contudo, alguns dos delegados *praieiros* se recusaram a devolver seus postos de comando. A resistência legitimou ações mais radicais por parte dos *guabirus*, que, por sua vez, serviram de pretexto para o movimento armado. Assim, quando tentaram desarmar e prender o delegado Manoel Pereira de Moraes, senhor de engenho muito influente em Igarassu e expoente do partido na mata-norte, foram iniciados os primeiros confrontos armados (MARSON, 1987, pp. 365-366). Para Carvalho e Câmara (2011, pp. 370-371), “uma vez iniciada a rebelião pelos senhores de engenho, as lideranças parlamentares *praieiras* aderiram, escrevendo cartas aos aliados na província, em Alagoas e na Paraíba”.

Em 2 de fevereiro de 1849, depois inúmeros combates no interior, aproximadamente mil e seiscentos homens se deslocaram da zona da mata sul de Pernambuco até o Recife. O plano dos revoltosos contava com o desguarnecimento da capital, visto que o general José Joaquim Coelho, líder das tropas governistas, visava

naquele momento combater as tropas rebeldes ainda no interior. Fortemente armados, atacaram o Recife desde militares experientes, como o capitão Pedro Ivo, que trazia com ele alguns índios, a senhores de engenho, deputados e pessoas de profissões simples, todos com o intuito de reestabelecer o domínio da *Praia*. A luta na capital, que durou entre 10 e 12 horas, causou cerca de 290 mortes, sendo apenas 90 destas de tropas governistas. O número de feridos foi bem maior, alcançando aproximadamente 597 pessoas, 400 desses lutando a favor da *Praia*. Entre as vítimas fatais estavam lideranças *praieiras*, como o deputado Nunes Machado (CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 357).

Infelizmente para os *praieiros* o ataque surpresa não foi suficiente para vencer as tropas do governo provincial, compostas por guardas nacionais, marinheiros, jagunços, estudantes de direito, artistas e “toda a sorte de aliados da hora” para defender a cidade. Esse combate marca o fim da Insurreição *Praieira*, iniciada três meses antes, e com ela a derrota do partido *praieiro*, esmagado nos processos judiciais que se sucederam (CARVALHO; CÂMARA, 2011, pp. 357-358).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população livre que vivia entre os três bairros do Recife cresceu 85% na comparação entre os censos de 1828 e 1856. O número de habitantes, entre livres e escravizados, homens e mulheres, saltou de 25.678 para 40.977 em pouco menos de duas décadas. Apesar das contagens não serem tão precisas, as duas estimativas nos dão uma noção do quanto a cidade do Recife inchou durante esses anos (CARVALHO, 2010, pp. 73-74).

Uma das explicações para esse inchaço é a migração do interior para a capital. A administração provincial atraía um contingente significativo de pessoas interessadas em conseguir cargos públicos. É bem verdade que o valor recebido nesses empregos era baixo, salve exceções. Contudo, tão ou mais importante que o salário era a posição social e as rendas indiretas que eram recebidas por intermédio de comissões, taxas e até subornos. Essa “carga humana”, porém, não era suportada pelo Recife, levando muitas pessoas desempregadas a vagar pelas ruas. Se para Antônio Pedro de Figueiredo, mestiço, de origem pobre e um dos homens mais lúcidos de sua época, além de principal

articulador da revista *O Progresso*, a pobreza resultava do latifúndio e da escravidão, os brasileiros pobres jogavam a culpa nos estrangeiros (CARVALHO, 2010, pp. 81-83).

Nem mesmo a política de “reorganização do futuro” do barão, que nesse momento intensificou o mercado das edificações e promoveu melhorias infraestruturais para abarcar as necessidades do desenvolvimento demográfico da capital, foi suficiente para igualar a oferta de trabalho com o número de braços ociosos, de barrigas vazias. Para piorar a situação, a chegada de centenas de trabalhadores estrangeiros para trabalhar no mercado das obras públicas acentuou o quadro de desemprego.

Na ótica de Arrais (2004, pp. 191-193), a elite pernambucana também nunca viu inteiramente a presença estrangeira com bons olhos, mesmo acreditando que a força braçal e o sangue viessem a contribuir com o desenvolvimento técnico, econômico e moral da província. Contudo, essa desconfiança não tolheu o pensamento de parte da “oligarquia” Rego Barros-Cavalcanti que acreditava nos benefícios de uma empreitada como essa. Se colocar contra o *estrangeirismo*, para a oposição, se tornou um objetivo claro, com discurso formado. Para minar o poderio hegemônico *guabiru* era preciso se colocar a favor da “causa nacional”.

Atenta a isso, a imprensa política não se dedicou apenas a criticar o engajamento de técnicos e artífices estrangeiros, mas também a dar voz aos artistas nacionais que sofriam com a concorrência de caixeiros portugueses no comércio a retalho e alemães e portugueses no ramo das edificações. Segundo Marson (1987, p. 226), ao opor a liberdade da nação ao autoritarismo e a centralização *guabiru*, os *praieiros* pareciam querer reproduzir temáticas liberais da década de 1820.

Assim, um dos primeiros assuntos abordados pelo partido recém criado foi justamente a reforma introduzida no seio administrativo da ROP. Para além dos interesses particulares na repartição, os *praieiros* sabiam que o discurso *antiestrangeirista* poderia ser muito benéfico para a constituição de um eleitorado favorável à sua “invasão do poder”, pois era o calcanhar de Aquiles da administração *baronista*. As eleições de 1844 evidenciam justamente o sucesso dessa empreitada.

Nesse sentido, a posterior desarticulação da máquina administrativa montada pelo barão para a ROP, sob o governo de Chichorro da Gama, também nos permite destacar a pertinência das disputas políticas presentes na imprensa política da década de 1840, em torno repartição, para o entendimento do conturbado contexto político da década de 1840.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). *Ofícios*, 1822.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL). *Provincial Presidential Reports: Pernambuco*, 1840-1842.

DIÁRIO DE LOUIS-LÉGER VAUTHIER. In: PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (HDBN). *Diário de Pernambuco*. Pernambuco: Tipografia União, 1840-1844.

_____. *O Artilheiro*. Pernambuco: Tipografia União, 1843.

_____. *O Diário Novo*. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1842-1844.

Obras Gerais

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial. Vol. II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 53-119.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira. *Recife*, v. 4, n. 4, 2007, pp. 103-134.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica (Org.). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. *Praieiros, guabirus e “populaça”*: as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

GOMES, Amanda Barlavento. *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820-1855)*. 2016, Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MARSON, Isabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

MARSON, Isabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. II (1829-1900)*. Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1966.

PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias: um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife: CEPE, 2010.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O Estado e a cidade do Recife, 1822-1889*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1989.

Recebido em: 30/03/2020 – Aprovado em: 11/08/2020